

Princípio	Prática recomendada	Adotada?	Explicação
1. Acionistas			
1.1 Estrutura Acionária	1.1.1 "o capital social da companhia deve ser composto apenas por ações ordinárias"	Não	Apesar de ser um percentual irrisório se comparado com o número total de ações da Companhia, nos termos do Estatuto social, o Capital Social é representado por ações ordinárias e ações preferenciais. O direito de voto será reservado, exclusivamente, às ações ordinárias e cada ação terá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento de capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia. Os titulares de ações preferenciais terão direito de participar do dividendo a ser distribuído, correspondente a, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do Capítulo VI do Estatuto Social, de acordo com o seguinte critério: a) prioridade no recebimento dos dividendos mencionados neste parágrafo correspondente a, no mínimo, 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação; e b) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com a alínea "a". Em todos os últimos aumentos de capital a Companhia já adota a prática de emitir apenas ações ordinárias, respeitando as melhores práticas e Governança, mas respeitando a oportunidade para os preferencialistas também subscreverem ações ordinárias.
1.2 Acordo de Acionistas	1.2.1 "Os acordos de acionistas não devem vincular o exercício do direito de voto de nenhum administrador ou membro dos órgãos de fiscalização e controle."	Não se Aplica	Não aplicável o preenchimento nos termos do Sistema Empresas Net.
1.3 Assembleia Geral	1.3.1 "A diretoria deve utilizar a assembleia para comunicar a condução dos negócios da companhia, pelo que a administração deve publicar um manual visando facilitar e estimular a participação nas assembleias gerais."	SIM	A Companhia entende que todas as informações necessárias para a participação de seus acionistas nas assembleias (Edital de Convocação, Proposta da Administração, Boletim de Voto, dentre outros) são divulgadas em conformidade com os prazos estabelecidos na legislação vigente e o administração sempre se coloca à disposição para dúvidas e esclarecimentos
	1.3.2 "As atas devem permitir o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia, ainda que lavradas em forma de sumário de fatos ocorridos, e trazer a identificação dos votos proferidos pelos acionistas."	SIM	As atas das assembleias são lavradas constando todos os registros da reunião como pessoas presentes, as matérias submetidos à deliberação, as decisões tomadas, e, caso aplicável, os votos divergentes e as abstenções.
1.4 Medidas de defesa	1.4.1 "o conselho de administração deve fazer uma análise crítica das vantagens e desvantagens da medida de defesa e de suas características, e sobretudo dos gatilhos de acionamento e parâmetros de preço, se aplicáveis, explicando-as"	Não	O conselho de administração da FCA não faz uma análise crítica das vantagens e desvantagens da medida de defesa e de suas características, e, sobretudo, dos gatilhos de acionamento e parâmetros de preço, em função do Contrato de Concessão da Companhia, também refletido no art 5º, §10º do Estatuto Social da FCA, prever que nenhum acionista poderá deter, direta ou indiretamente, mais de 20% (vinte por cento) da totalidade das ações representativas do capital votante da Companhia, ao longo do prazo da concessão, salvo autorização do Poder Concedente.
	1.4.2 Não devem ser utilizadas cláusulas que inviabilizem a remoção da medida do estatuto social, as chamadas "cláusulas pétreas".	SIM	Não há cláusulas que inviabilizem a alteração do Estatuto Social da Companhia, salvo aquelas previstas no Contrato de Concessão da Companhia
	1.4.3 "Caso o estatuto determine a realização de oferta pública de aquisição de ações (OPA) sempre que um acionista ou grupo de acionistas atinja, de forma direta ou indireta, participação relevante no capital votante, a regra de determinação do preço da oferta não deve impor acréscimos de prêmios substancialmente acima do valor econômico ou de mercado das ações."	NÃO	Não há previsão no Estatuto Social sobre a realização de OPA, mas a Companhia seguirá as regras previstas na Lei 6.404/76 e a regulamentação aplicável e realizará a OPA quando a Lei previr sua necessidade
1.5 Mudança de controle	1.5.1 O estatuto da companhia deve estabelecer que: (i) transações em que se configure a alienação, direta ou indireta, do controle acionário devem ser acompanhadas de oferta pública de aquisição de ações (OPA) dirigida a todos os acionistas, pelo mesmo preço e condições obtidos pelo acionista vendedor; (ii) os administradores devem se manifestar sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que derem origem à mudança de controle, e consignar se elas asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da companhia.	Não	Não há previsão no Estatuto Social sobre a realização de OPA, mas a Companhia seguirá as regras previstas na Lei 6.404/76. Caso seja necessária a realização de uma OPA, a administração dará seu parecer e as regras previstas na CVM serão cumpridas.
1.6 Manifestação da administração nas OPAs	1.6.1 O estatuto social deve prever que o conselho de administração dê seu parecer em relação a qualquer OPA tendo por objeto ações ou valores mobiliários conversíveis por permutáveis por ações de emissão da companhia, o qual deverá conter, entre outras informações relevantes, opinião da administração sobre eventual aceitação da OPA e sobre o valor econômico da companhia.	NÃO	Não há previsão no Estatuto Social sobre a realização de OPA, mas a Companhia seguirá as regras previstas na Lei 6.404/76. Caso seja necessária a realização de uma OPA, a administração dará seu parecer e as regras previstas na CVM serão cumpridas.
1.7 Política de destinação de resultados	1.7.1 A companhia deve elaborar e divulgar política de destinação de resultados definida pelo conselho de administração. Entre outros aspectos, tal política deve prever a periodicidade de pagamentos de dividendos e o parâmetro de referência a ser utilizado para a definição do respectivo montante (percentuais do lucro líquido ajustado e do fluxo de caixa livre, entre outros).	NÃO	Os critérios e regras para pagamentos de dividendos estão previstas no Estatuto Social da Companhia, qual seja: Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda. Do lucro líquido do exercício, destinar-se-ão: a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até o máximo previsto em lei, reserva essa que poderá ser posteriormente capitalizada ou compensada com prejuízos; b) um montante proposto pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração para pagamento de dividendos, sendo que não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6404/76; c) o saldo será destinado a uma reserva para a expansão dos negócios sociais e realização de novos investimentos, até o limite do capital social.
			Na eventualidade de pagamento de juros sob capital próprio, o valor dos juros, pago ou creditado, a título de juros sobre o capital próprio nos termos do artigo 9º, § 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório e ao dividendo subordinado das ações preferenciais, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela sociedade para todos os efeitos legais. O Conselho de Administração, por proposta da Diretoria Executiva, poderá determinar o levantamento de balanços em períodos inferiores ao período anual e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado desses balanços, bem como declará-los à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário.
1.8 Sociedades de economia mista	1.8.1 O estatuto social deve identificar clara e precisamente o interesse público que justificou a criação da sociedade de economia mista, em capítulo específico.	Não aplicável	[Nada a preencher]
	1.8.2 O conselho de administração deve monitorar as atividades da companhia e estabelecer políticas, mecanismos e controles internos para apuração dos eventuais custos do atendimento do interesse público e eventual ressarcimento da companhia ou dos demais acionistas e investidores pelo acionista controlador.	Não aplicável	[Nada a preencher]
2. Conselho de Administração			
2.1 Atribuições	2.1.1 O conselho de administração deve, sem prejuízo de outras atribuições legais, estatutárias e de outras práticas previstas neste Código: (i) definir estratégias de negócios, considerando os impactos das atividades da companhia na sociedade e no meio ambiente, visando a perenidade da companhia e a criação de valor no longo prazo; (ii) avaliar periodicamente a exposição da companhia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (compliance) e aprovar uma política de gestão de riscos compatível com as estratégias de negócios (ver capítulo 4); (iii) definir os valores e princípios éticos da companhia e zelar pela manutenção da transparência da companhia no relacionamento com todas as partes interessadas (ver capítulo 5); (iv) rever anualmente o sistema de governança corporativa, visando a aprimorá-lo.	SIM	O Conselho de Administração exerce suas atribuições considerando os interesses de longo prazo da Companhia, os impactos decorrentes de suas atividades na sociedade e no meio ambiente e os deveres fiduciários de seus membros, atuando como guardião dos princípios, valores, objeto social e sistema de Governança Corporativa. Ressalte-se ainda que, dentre outras atividades, o Estatuto Social prevê como competência do Conselho de Administração: a) fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando previamente suas políticas empresariais de comercialização, gestão administrativa de pessoal e financeira, de aplicação de incentivos fiscais e zelar pelo estrito cumprimento das mesmas; b) aprovação de planos, projetos e orçamentos anuais e plurianuais; c) fiscalização da gestão dos Diretores, examinando a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; d) manifestação sobre o Relatório da Administração e demonstrações financeiras e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício; d) deliberação sobre a suspensão das atividades da Companhia, salvo nos casos de paralisação para manutenção em seus equipamentos rodantes; e) avocação a qualquer tempo o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia, ainda que não compreendendo na enumeração acima, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria.
2.2 Composição do Conselho de Administração	2.2.1 O estatuto social deve estabelecer que: (i) o conselho de administração seja composto em sua maioria por membros externos, tendo, no mínimo, um terço de membros independentes; (ii) o conselho de administração deve avaliar e divulgar anualmente quem são os conselheiros independentes, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência.	NÃO	A Companhia não possui Conselheiros Independentes por não se tratar de uma empresa listada na B3 nos segmentos do Novo Mercado e do nível 2, sendo essa demanda facultativa para demais categorias. Entretanto, na forma do disposto no Edital PND/A-03/2016/RFFSA, a Companhia possui um membro do Conselho de Administração da Companhia eleito, em votação em separado, por indicação dos seus empregados, reunidos ou não em condomínio, sociedade ou clube de investidores, independente de sua participação no capital social.
	2.2.2 O conselho de administração deve aprovar uma política de indicação que estabeleça: (i) o processo para a indicação dos membros do conselho de administração, incluindo a indicação da participação de outros órgãos da companhia no referido processo; (ii) que o conselho de administração deve ser composto tendo em vista a disponibilidade de tempo de seus membros para o exercício de suas funções e a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero.	NÃO	A Companhia não conta atualmente com uma política de indicação aprovada por seu Conselho de Administração, porém esclarece que a indicação de membros do Conselho segue critérios de qualificação e experiência técnica, além de aspectos legais e reputacionais à luz das melhores práticas de Governança Corporativa, para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com qualidade e segurança. Para o Conselho indicado pelos empregados há processo de eleição conduzidos pela área de Recursos Humanos da Companhia.
2.3 Presidente do Conselho	2.3.1 O diretor-presidente não deve acumular o cargo de presidente do conselho de administração.	SIM	[Nada a preencher]
2.4 Avaliação do Conselho e dos Conselheiros	2.4.1 A companhia deverá implementar um processo anual de avaliação do desempenho do conselho de administração e de seus comitês, como órgãos colegiados, do presidente do conselho de administração, dos conselheiros, individualmente considerados, e da secretaria de governança, caso existente.	NÃO	Em 31 de dezembro de 2020, não havia avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Para a Diretoria, assim como para todos empregados da Companhia, os indicadores de desempenho são o atendimento de metas operacionais e financeiras, além do seu desempenho individual.
2.5 Planejamento da sucessão	2.5.1 O conselho de administração deve aprovar e manter atualizado um plano de sucessão do diretor-presidente, cuja elaboração deve ser coordenada pelo presidente do conselho de administração.	NÃO	A Companhia entende que, no momento, não se faz necessário um plano de sucessão para os diretores-presidentes da Companhia. De qualquer forma, o plano de sucessão seguirá a sucessão definida no âmbito da VLI S.A., controladora indireta da Companhia, já que os administradores da Companhia são por ela indicados.
2.6 Integração de novos Conselheiros	2.6.1 A companhia deve ter um programa de integração dos novos membros do conselho de administração, previamente estruturado, para que os referidos membros sejam apresentados às pessoas-chave da companhia e às suas instalações e no qual sejam abordados temas essenciais para o entendimento do negócio da companhia.	SIM	Para integração de novos membros da Administração da Companhia, a Gerência de Governança Corporativa promove regularmente um programa de integração e capacitação, visando inteirar o novo membro sobre temas essenciais para o entendimento do negócio e seus desafios.
2.7 Remuneração dos Conselheiros de Administração	2.7.1 A remuneração dos membros do conselho de administração deve ser proporcional às atribuições, responsabilidades e demanda de tempo. Não deve haver remuneração baseada em participação em reuniões, e a remuneração variável dos conselheiros, se houver, não deve ser atrelada a resultados de curto prazo.	SIM	Aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia é atribuído o pagamento de uma remuneração fixa. Não há pagamento de quaisquer benefícios, verbas de representação ou participação nos resultados da Companhia. Usualmente, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia renunciam a remuneração a que fariam jus, com exceção de 1 (um) membro, uma vez que todos os administradores ocupam simultaneamente cargos remunerados em sua controladora indireta, a VLI S.A, com exceção do representante dos empregados. Os membros do Conselho indicados pelo acionista controlador, bem como a Diretoria da Companhia não recebem remuneração, considerando que atuam em outros cargos na controladora--
2.8 Regimento interno do Conselho de Administração	2.8.1 O conselho de administração deve ter um regimento interno, que normatize suas responsabilidades, atribuições e regras de funcionamento, incluindo: (i) as atribuições do presidente do conselho de administração (ver 2.3); (ii) as regras de substituição do presidente do conselho em sua ausência ou vacância; (iii) as medidas a serem adotadas em situações de conflito de interesses; e (iv) a definição de prazo de antecedência suficiente para o recebimento dos materiais para discussão nas reuniões, com a adequada profundidade.	Parcialmente	A Companhia não possui regimento interno específico do Conselho de Administração, considerando que a Companhia prevê em seu Estatuto Social, artigos 14, 15, 16 e 17 a estrutura, funcionamento, responsabilidades do órgão, forma de substituição em caso de ausência, impedimento temporário ou vacância de qualquer membro do Conselho de Administração. Entretanto, o Conselho de Administração, por proposta da Diretoria, aprovou a criação do Conselho de Administração, a fim de assegurar a continuidade da administração da Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2021, com a extinção do Conselho de Administração. A Companhia adota estritamente a prática de restringir a participação dos administradores e acionistas, conforme o caso, em qualquer em que eles possam ter interesse conflitante com a Companhia. Os próprios administradores abstem-se da participação nas deliberações, mas as partes relacionadas não recebem, por exemplo, o mesmo material enviado às partes não relacionadas e não participam das discussões das matérias em que possam haver interesses conflitantes. Isso é aplicado não apenas na Emissora, mas também em sua controladora indireta, em que os seus respectivos acionistas também realizam transações diretamente com a Emissora, com a controladora indireta ou com qualquer de suas subsidiárias.
2.9 Reuniões do Conselho de Administração	2.9.1 O conselho de administração deve definir um calendário anual com as datas das reuniões ordinárias, que não devem ser inferiores a seis nem superiores a doze, além de convocar reuniões extraordinárias, sempre que necessário. O referido calendário deve prever uma agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão.	SIM	Há calendário anual das reuniões e pautas urgentes são apreciadas em reuniões extraordinárias.
	2.9.2 As reuniões do conselho devem prever regularmente sessões exclusivas para conselheiros externos, sem a presença dos executivos e demais convidados, para alinhamento dos conselheiros externos e discussão de temas que possam criar constrangimento.	SIM	[Nada a preencher]
	2.9.3 As atas de reunião do conselho devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto.	SIM	As atas das reuniões do Conselho de Administração da Companhia registram as pessoas presentes, os assuntos submetidos à deliberação, as decisões tomadas, e, caso aplicável, os votos divergentes e as abstenções.
3. Diretoria			
3.1 Atribuições	3.1.1 A diretoria deve, sem prejuízo de suas atribuições legais e estatutárias e de outras práticas previstas neste Código: (i) executar a política de gestão de riscos e, sempre que necessário, propor ao conselho eventuais necessidades de revisão dessa política, em função de alterações nos riscos a que a companhia está exposta (ver 2.1.1 (ii) e capítulo 4); e (ii) implementar e manter mecanismos, processos e programas eficazes de monitoramento e divulgação do desempenho financeiro e operacional e dos impactos das atividades da companhia na sociedade e no meio ambiente (ver capítulo 5).	SIM	[Nada a preencher]
	3.1.2 A diretoria deve ter um regimento interno próprio que estabeleça sua estrutura, seu funcionamento e seus papéis e responsabilidades.	Parcialmente	A Companhia não possui regimento interno da diretoria, considerando que a Companhia prevê em seu Estatuto Social, artigos 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24, a estrutura, funcionamento e responsabilidades deste órgão executivo.
3.2 Indicação dos Diretores	3.2.1 Não deve existir reserva de cargos de diretoria ou posições gerenciais para indicação direta por acionistas.	SIM	[Nada a preencher]
3.3 Avaliação do diretor-presidente e da Diretoria	3.3.1 O diretor-presidente deve ser avaliado, anualmente, em processo formal conduzido pelo conselho de administração, com base na verificação do atingimento das metas de desempenho financeiro e não financeiro estabelecidas pelo conselho de administração para a companhia.	SIM	Os membros da Diretoria Executiva, incluindo o Diretor-Presidente, são avaliados anualmente conforme critérios previstos em sua controladora VLI S.A., pelo Comitê de Pessoas e Governança e Conselho de Administração
	3.3.2 Os resultados da avaliação dos demais diretores, incluindo as proposições do diretor-presidente quanto a metas a serem acordadas e a permanência, a promoção ou ao desligamento dos executivos nos respectivos cargos, devem ser apresentados, analisados, discutidos e aprovados em reunião do conselho de administração.	SIM	As metas da Diretoria Executiva, incluindo o Diretor-Presidente, são definidas conforme critérios previstos em sua controladora VLI S.A., pelo Comitê de Pessoas e Governança e Conselho de Administração
3.4 Remuneração da Diretoria	3.4.1 A remuneração da diretoria deve ser fixada por meio de uma política de remuneração aprovada pelo conselho de administração por meio de um procedimento formal e transparente que considere os custos e os riscos envolvidos.	SIM	A Companhia não adota uma política formal de remuneração de seus administradores, na medida em que a prática é de renúncia a toda e qualquer remuneração por parte de quase todos os seus administradores. Considerando que todos os administradores da Companhia integram o quadro de funcionários da nossa controladora indireta, a VLI S.A., as suas remunerações compõem o quadro de salários e benefícios da VLI S.A. A exceção de 1 (um) integrante do conselho administrativo eleito pelos empregados em voto apartado. No âmbito da Controladora, a remuneração dos administradores são avaliadas pelo Comitê de Pessoas e aprovadas no Conselho de Administração.
	3.4.2 A remuneração da diretoria deve estar vinculada a resultados, com metas de médio e longo prazos relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a companhia no longo prazo.	SIM	Conforme item 3.4.1, os membros do Conselho indicados pelo acionista controlador, bem como a Diretoria da Companhia não recebem remuneração, considerando que atuam em outros cargos na controladora. O Conselheiro eleito pelos empregados em voto apartado, por sua vez, recebe remuneração. No âmbito da Controladora, as metas dos administradores são avaliadas pelo Comitê de Pessoas e aprovadas no Conselho de Administração

	3.4.3 A estrutura de incentivos deve estar alinhada aos limites de risco definidos pelo conselho de administração e vedar que uma mesma pessoa controle o processo decisório e a sua respectiva fiscalização. Ninguém deve deliberar sobre sua própria remuneração.	SIM	Conforme informado nos itens acima, os membros do Conselho indicados pelo acionista controlador, bem como a Diretoria da Companhia não recebem remuneração, considerando que atuam em outros cargos na controladora. O Conselheiro eleito pelos empregados em voto apartado, por sua vez, recebe remuneração.
			No âmbito da controladora, os planos de incentivos são avaliados pelo Comitê de Pessoas e Governança e aprovado pelo Conselho de Administração.
4. Órgãos de Fiscalização e Controle			
4.1 Comitê de auditoria	4.1.1 O comitê de auditoria estatutário deve: (i) ter entre suas atribuições a de assessorar o conselho de administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e compliance; (ii) ser formado em sua maioria por membros independentes e coordenado por um conselheiro independente; (iii) ter ao menos um de seus membros independentes com experiência comprovada na área contábil-societária, de controles internos, financeira e de auditoria, cumulativamente; e (iv) possuir orçamento próprio para a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo.	Não aplicável	<p>A Companhia não possui comitê de auditoria constituído, mas, temas à ela atinentes são discutidos no âmbito do comitê de auditoria não estatutário da sua controladora, VLI S.A. que possui entre as suas atribuições descritas no regimento interno: (a) Analisar, ao menos trimestralmente, as contas, o balanço e demais demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia e suas subsidiárias;</p> <p>(b) Examinar as Demonstrações Financeiras e Relatório de Administração do exercício social e sobre eles opinar;</p> <p>(c) Analisar os relatórios da auditoria externa, auditoria interna e controles internos e respectivas recomendações e planos de ações sobre o sistema contábil e ambiente de controles internos;</p> <p>(d) Acompanhar a prestação de contas dos diretores em relação às ações tomadas em decorrência das recomendações de auditoria externa, interna e do Comitê de Ética, para cobrir atos de corrupção e fraudes e de aperfeiçoamento para aperfeiçoamento dos controles internos;</p> <p>(e) Reunir-se com auditoria independente para receber informações e esclarecimentos sobre o plano de trabalho, as áreas de ênfase pretendidas e os riscos envolvidos;</p> <p>(f) Avaliar o relatório anual sobre o sistema de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia;</p> <p>(g) Analisar os relatórios do comitê de Ética e Conformidade e Auditoria Interna e respectivas recomendações, bem como os planos de ação sobre as denúncias ou assuntos relacionados a Ética e Conformidade;</p> <p>(h) Comunicar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, ao Conselho de Acionistas, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; e</p> <p>(i) Políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências, incluindo sem limitação o Código de Ética.</p>
4.2 Conselho fiscal	4.2.1 O conselho fiscal deve ter um regimento interno próprio que descreva sua estrutura, seu funcionamento, programa de trabalho, seus papéis e responsabilidades, sem criar embaraço à atuação individual de seus membros.	Não aplicável	O Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes que a lei lhe confere, não tem funcionamento permanente na Companhia e sua instalação não foi requerida para este exercício
	4.2.2 As atas das reuniões do conselho fiscal devem observar as mesmas regras de divulgação das atas do conselho de administração.	Não aplicável	
4.3 Auditoria independente	4.3.1 A companhia deve estabelecer uma política para contratação de serviços extra-auditoria de seus auditores independentes, aprovada pelo conselho de administração, que proíba a contratação de serviços extra-auditoria que possam comprometer a independência dos auditores. A companhia não deve contratar como auditor independente quem tenha prestado serviços de auditoria interna para a companhia há menos de três anos.	Não	A companhia não possui uma política para contratação de serviços extra-auditoria de seus auditores independentes, aprovada pelo conselho de administração, que proíba a contratação de serviços extra-auditoria que possam comprometer a independência dos auditores, porém as contratações da Companhia são precedidas, em sua maioria, por processo competitivo.
	4.3.2 A equipe de auditoria independente deve reportar-se ao conselho de administração, por meio do comitê de auditoria, se existente. O comitê de auditoria deverá monitorar a efetividade do trabalho dos auditores independentes, assim como sua independência. Deve, ainda, avaliar e discutir o plano anual de trabalho do auditor independente e encaminhá-lo para a apreciação do conselho de administração.	Parcialmente	Conforme estatuto social, os auditores independentes são escolhidos pelo Conselho de Administração, que também avalia as demonstrações financeiras auditadas. A controladora da VLI S.A., por sua vez, também analisa as demonstrações financeiras da Companhia e esta possui um Comitê de Auditoria que reporta ao Conselho da VLI S.A. (controladora) e que acompanha os trabalhos da auditoria independente.
4.4 Auditoria interna	4.4.1 A companhia deve ter uma área de auditoria interna vinculada diretamente ao conselho de administração.	SIM	[Nada a preencher]
	4.4.2 Em caso de terceirização dessa atividade, os serviços de auditoria interna não devem ser exercidos pela mesma empresa que presta serviços de auditoria das demonstrações financeiras. A companhia não deve contratar para auditoria interna quem tenha prestado serviços de auditoria independente para a companhia há menos de três anos.	Não se Aplica	[Nada a preencher]
4.5 Gerenciamento de riscos, controles internos e integridade/conformidade (compliance)	4.5.1 A companhia deve adotar política de gerenciamento de riscos, aprovada pelo conselho de administração, que inclua a definição dos riscos para os quais se busca proteção, os instrumentos utilizados para tanto, a estrutura organizacional para gerenciamento de riscos, a avaliação da adequação da estrutura operacional e de controles internos na verificação da sua efetividade, além de definir diretrizes para o estabelecimento dos limites aceitáveis para a exposição da companhia a esses riscos.	SIM	A Companhia adota a política de gerenciamento de riscos aprovada pelo Conselho de Administração da VLI S.A. sua controladora indireta, e que está em linha com as normas e políticas adotadas na empresa. A estratégia de gestão de riscos observada pela controladora indireta e pela Companhia tem como objetivo prover uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tal, avalia não apenas o impacto das taxas de juros, taxas de câmbio, preços de produtos e insumos e outros custos sobre os resultados do negócio (riscos de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a empresa (risco de crédito) e aqueles inerentes aos processos operacionais.
	4.5.2 Cabe ao conselho de administração zelar para que a diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados, incluindo programa de integridade/conformidade (compliance) visando o cumprimento de leis, regulamentos e normas externas e internas.	SIM	A Companhia faz uso da Política de Ética e Conformidade, aprovada pelo Conselho de Administração da VLI S.A. sua controladora indireta, sendo também aplicável a todos os empregados (temporários ou não) e administradores da Companhia, bem como a todos os fornecedores que atuam em nome da Companhia e de suas controladas ou em seu interesse. O grupo também conta com um Manual de Ética, que detalha as regras de tal política e que, juntamente com a política, é amplamente divulgado internamente. Esta política estabelece a proibição de algumas condutas, além de procedimentos para prevenção e denúncia de atos de corrupção, bem como contém diretrizes a serem observadas quanto a contribuições voluntárias. Entre tais diretrizes encontra-se a obrigação de que todas as contribuições voluntárias sejam previamente submetidas à análise e aprovação da Área de Ética e Integridade.
	4.5.3 A diretoria deve avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação.	SIM	As políticas internas da Companhia são aplicáveis em conformidade com os normativos de sua controladora indireta VLI S.A. e são revisadas periodicamente, sendo submetidas posteriormente à análise aprovação do Conselho de Administração.
5. Ética e Conflito de Interesses			
5.1 Código de conduta e canal denúncia	5.1.1 A companhia deve ter um comitê de conduta, dotado de independência e autonomia e vinculado diretamente ao conselho de administração, encarregado de implementação, disseminação, treinamento, revisão e atualização do código de conduta e do canal de denúncias, bem como da condução de apurações e proposição de medidas corretivas relativas às infrações ao código de conduta.	Parcialmente	A Auditoria Interna reportará ao Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance as situações em desacordo com as condutas previstas no Código de Ética e as tratativas e andamentos dados aos casos específicos.
	5.1.2 O código de conduta, elaborado pela diretoria, com apoio do comitê de conduta, e aprovado pelo conselho de administração, deve: (i) disciplinar as relações internas e externas da companhia, expressando o comprometimento esperado da companhia, de seus conselheiros, diretores, acionistas, colaboradores, fornecedores e partes interessadas com a adoção de padrões adequados de conduta; (ii) administrar conflitos de interesses e prever a abstenção do membro do conselho de administração, do comitê de auditoria e/ou do comitê de conduta, se houver, que, conforme o caso, estiver conflituado; (iii) definir, com clareza, o escopo e a abrangência das ações destinadas a apurar a ocorrência de situações compreendidas como realizadas com o uso de informação privilegiada (ex.: utilização da informação privilegiada para finalidades comerciais ou para obtenção de vantagens na negociação de valores mobiliários); (iv) estabelecer que os princípios éticos fundamentem a negociação de contratos, acordos, propostas de alteração do estatuto social, bem como as políticas que orientam toda a companhia, a estabelecer um valor máximo dos bens ou serviços de terceiros que administradores e colaboradores possam aceitar de forma gratuita ou favorecidas.	SIM	[Nada a preencher]
	5.1.3 O canal de denúncias deve ser dotado de independência, autonomia e imparcialidade, operando diretrizes de funcionamento definidas pela diretoria e aprovadas pelo conselho de administração. Deve ser operado de forma independente e imparcial e garantir o anonimato de seus usuários, além de promover, de forma tempestiva, as apurações e providências necessárias. Este serviço pode ficar a cargo de um terceiro de reconhecida capacidade.	SIM	[Nada a preencher]
	5.2 As regras de governança da companhia devem zelar pela separação e definição clara de funções, papéis e responsabilidades associados aos mandatos de todos os agentes de governança. Devem ainda ser definidas as alçadas de decisão de cada instância, com o objetivo de minimizar possíveis focos de conflitos de interesses.	SIM	O Estatuto Social da Companhia estabelece e define as funções, competências, papéis e responsabilidades de todos os agentes de Governança
5.2 Conflito de interesses	5.2.2 As regras de governança da companhia devem ser tornadas públicas e determinar que a pessoa que não é independente em relação à matéria em discussão ou deliberação nos órgãos de administração ou fiscalização da companhia deve manifestar, tempestivamente, seu conflito de interesses ou interesse particular. Caso não o faça, essas regras devem prever que outra pessoa manifeste o conflito, caso dele tenha ciência, e que, tão logo identificado o conflito de interesses em relação a um tema específico, a pessoa envolvida se afaste, inclusive fisicamente, das discussões e deliberações. As regras devem prever que esse afastamento temporário seja registrado em ata.	SIM	A controladora da Companhia possui uma política interna com os procedimentos, diretrizes e princípios para assegurar que as Transações entre Partes Relacionadas e outras situações de potencial conflito de interesses e que se aplica para suas controladas, inclusive a Companhia. Para garantir a equidade nas transações entre partes relacionadas, a transação no âmbito da Controladora indireta será analisada, inicialmente, somente pelos representantes de seu Comitê Financeiro e pelo Comitê de assessoramento responsável pela análise da respectiva matéria que não sejam consideradas Partes Relacionadas ou conflituada, conforme descrito na Política. Esses indicados, por unanimidade e em boa-fé, se a Parte Relacionada poderá ter acesso ao material referente à Transação proposta e se poderá participar do processo de análise da matéria sujeito às limitações impostas na Política. Assim, em qualquer hipótese, independentemente de terem recebido qualquer material referente à Transação proposta e/ou terem sido convidados para participar de reunião ou discussão, os Conselheiros e/ou membros de Comitê que forem caracterizados como Parte Relacionada não poderão participar da deliberação ou recomendação acerca da matéria em questão, sendo certo que estes órgãos deverão enviar esforços no sentido de identificar as situações de conflito e impedir o voto. Além disso, no âmbito da Companhia, qualquer transação com Parte Relacionada deve ser submetida para análise e aprovação do Conselho de Administração.
	5.2.3 A companhia deve ter mecanismos de administração de conflitos de interesses nas votações submetidas à assembleia geral, para receber e processar alegações de conflitos de interesses, e de anulação de votos proferidos em conflito, ainda que posteriormente ao conclave.	SIM	A VLI S.A., controladora indireta da Companhia possui uma política interna com os procedimentos, diretrizes e princípios para assegurar que as Transações entre Partes Relacionadas e outras situações de potencial conflito de interesses e que se aplica para suas controladas, inclusive a Companhia. A Companhia ainda esclarece que em tais ocasiões são devidamente respeitadas as disposições legais aplicáveis às situações de conflitos de interesse, em especial, o que dispõe o artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações.
5.3 Transações com partes relacionadas	5.3.1 O estatuto social deve definir quais transações com partes relacionadas devem ser aprovadas pelo conselho de administração, com a exclusão de eventuais membros com interesses potencialmente conflitantes.	SIM	O Estatuto Social da Companhia prevê que é de competência do Conselho de Administração da Companhia a aprovação de qualquer transação entre Partes Relacionadas.
	5.3.2 O conselho de administração deve aprovar e implementar uma política de transações com partes relacionadas, que inclua, entre outras regras: (i) previsão de que, previamente à aprovação de transações específicas ou diretrizes para a contratação de transações, o conselho de administração solicite à diretoria alternativas de mercado à transação com partes relacionadas em questão; (ii) ajustes pelos fatores de risco envolvidos; (iii) vedação à formas de remuneração de assessores, consultores ou intermediários que gerem conflito de interesses com a companhia, os administradores, os acionistas ou classes de acionistas; (iii) proibição a empréstimos em favor do controlador e dos administradores; (iv) as hipóteses de transações com partes relacionadas que devem ser embasadas por laudos de avaliação independentes, elaborados sem a participação de nenhuma parte envolvida na operação em questão, seja do banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros; (v) que reestruturações societárias envolvendo partes relacionadas devem assegurar tratamento equitativo para todos os acionistas.	Parcialmente	A VLI S.A., controladora indireta da Companhia possui uma política interna com os procedimentos, diretrizes e princípios para assegurar que as Transações entre Partes Relacionadas e outras situações de potencial conflito de interesses e que se aplica para suas controladas, inclusive a Companhia. Dentre os princípios consagrados pela Política, consta a previsão de que as Transações com Partes Relacionadas devem sempre ser realizadas em condições comutativas, observando-se as condições de mercado, em linha com a legislação em vigor e com as melhores práticas de governança corporativa, assegurando a transparência e o pleno respeito aos interesses da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva, conforme o caso, se certificar de que as transações com partes relacionadas sejam formalizadas por escrito, em condições comutativas, com observância das condições de mercado, inclusive com pagamento compensatório adequado, se houver. Quanto às regras contidas no enunciado deste item 5.3.2, muito embora nem todas estejam expressamente previstas na Política, não há qualquer limitação ou vedação à sua adoção pelos administradores, caso seja necessário, uma vez que cabe a estes se certificarem de que as transações com partes relacionadas tenham condições comutativas, com observância das condições de mercado, inclusive com pagamento compensatório adequado.
5.4 Política de negociação de valores mobiliários	5.4.1 A companhia deve adotar, por deliberação do conselho de administração, uma política de negociação de valores mobiliários de terceiros, que, sem prejuízo do atendimento às regras estabelecidas pela regulamentação da CVM, estabeleça controles que viabilizem o monitoramento das negociações realizadas, bem como a apuração e punição dos responsáveis em caso de descumprimento da política.	Não	A Companhia além das regras previstas na lei 6.404 não possui uma política formal de negociação com valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, pela própria companhia aberta, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia aberta, sua controladora, suas controladas ou coligadas em função de ser um documento facultativo para as Companhias listadas no segmento tradicional de negociação da B3 não possuam ações em negociação de posse de diretores, membros do conselho de administração, conselho fiscal ou de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas. Ademais a Companhia tem 7 acionistas, sendo 99,9999% das ações pertencentes a VLI Multimodal S.A, sendo possível o controle individual da Companhia das movimentações.
5.5 Política sobre contribuições e doações	5.5.1 No intuito de assegurar maior transparência quanto à utilização dos recursos da companhia, deve ser elaborada política sobre suas contribuições voluntárias, inclusive aquelas relacionadas às atividades políticas, a ser aprovada pelo conselho de administração e executada pela diretoria, contendo princípios e regras claros e objetivos.	SIM	A Companhia segue a Política de Ética e Conformidade da VLI S.A. controladora indireta, aplicável a todos os empregados (temporários ou não) e administradores da Companhia e de suas controladas, bem como a todos os fornecedores que atuam em nome da Companhia e de suas controladas ou em seu interesse. A Companhia conta também com um Código de Ética, que detalha as regras de tal política e, juntamente com a política, é amplamente divulgado internamente. Esta política estabelece a proibição de algumas condutas, além de procedimentos para prevenção e denúncia de atos de corrupção, bem como contém diretrizes a serem observadas quanto a contribuições voluntárias. Entre tais diretrizes encontra-se a obrigação de que todas as contribuições voluntárias sejam previamente submetidas à análise e aprovação da Área de Ética e Integridade. Além do Código de Conduta Ética, a Companhia possui mais dois documentos que normatizam as regras de Ética e Conformidade: o documento Diretrizes de Ética e Conformidade e o documento Diretrizes de Patrocínios e Doações. Todos passam por revisões periódicas. O primeiro discute sobre os tópicos: corrupção e suborno; pagamentos facilitadores; relacionamento com fornecedores, representantes e demais terceiros; conflitos de interesses; cláusula anticorrupção; contribuições e campanhas políticas; lavagem de dinheiro; fusões e aquisições; relacionamento com o setor público, e; recebimento e oferecimento de refeição, viagem, hospedagem, entretenimento, evento, presentes e brindes. Já o segundo, detalha o procedimento para a realização dos patrocínios e doações pela Companhia.
	5.5.2 A política deve prever que o conselho de administração seja o órgão responsável pela aprovação de todos os desembolsos relacionados às atividades políticas.	NÃO	Tais transações não são aprovadas no Conselho da Companhia. Todavia, qualquer desembolso relacionado às atividades políticas são avaliados pelo Comitê de Auditoria e Conselho da VLI S.A. controladora indireta Companhia.
	5.5.3 A política sobre contribuições voluntárias das companhias controladas pelo Estado, ou que tenham relações comerciais reiteradas e relevantes com o Estado, deve vedar contribuições ou doações a partidos políticos ou pessoas a eles ligadas, ainda que permitidas por lei.	SIM	[Nada a preencher]